

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.020515/2023-78

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.020515/2023-78

1. Objeto

1.1 Dispensa Fracassado para **AQUISIÇÃO DE CABO TRONCO E APARELHO DE PRESSÃO**, para o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

1.2 Especificações técnicas do material:

ITEM	CÓDIGO	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	CATMAT
1	695820	UNIDADE	6	CABO TRONCO MULTIMED PLUS PARA MONITOR DRAGER: - PARA MONITORIZACAO DE ECG, RESPIRACAO POR IMPEDANCIA, SPO2 E TEMPERATURA; - COMPATIVEL COM MONITORES DRAGER MODELO INFINITY DELTA XL; - ORIGINAL OU SEMELHANTE AO CABO MULTIMED PLUS DA DRAGER REFERENCIA MS20093; - CONEXAO PARA SENSORES DOS SEGUINTES PARAMETROS: * 01 CONEXAO PARA CABO EXTENSOR DO SENSOR DE OXIMETRIA PADRAO NELLCOR (CONEXAO AZUL CLARA); * 01 CONEXAO PARA SENSOR DE TEMPERATURA OU 02 SENSORES COM CABO EM Y; * 01 CONEXAO PARA CONJUNTO RABICHOS DE ECG COM 6 VIAS; - COMPRIMENTO MINIMO DE 2.5 METROS; - O PRODUTO SOMENTE SERA ACEITO APOS A COMPROVACAO DA COMPATIBILIDADE COM O MONITOR UTILIZADO.	474381
2	032674	UNIDADE	100	APARELHO DE PRESSAO (ESFINGMOMANOMETRO) PARA MEDICAO DE PRESSAO ARTERIAL DE ADULTO: GERAL: FUNCIONAMENTO MECANICO COM MANOMETRO ANEROIDE 1-BRACADEIRA: - ADULTO: CIRCUNFERENCIA DO BRACO DE 22 A 28 (+/-2)cm; - CONFECCIONADA EM MATERIAL FLEXIVEL E NAO-ELASTICO; - IMPERMEAVEL,HIGIENIZAVEL E REUTILIZAVEL; - FECHAMENTO EM VELCRO OU GRAMPO METALICO; - CONSTAR A INSCRICAO REFERENTE A CIRCUNFERENCIA DO BRACO PARA O QUAL ELA SE DESTINA; - APRESENTAR MARCACOES INDICATIVAS DO SEU CORRETO POSICIONAMENTO E FECHAMENTO EM TORNO DO BRACO/COXA OU DEVE SER DOTADA DE DISPOSITVO QUE IMPECA SUA UTILIZACAO FORA DAS DIMENSOES PREVISTAS PELO FABRICANTE; - O CENTRO DO MANGUITO DEVE VIR MARCADO,INDICANDO O CORRETO POSICIONAMENTO DA BRACADEIRA SOBRE A ARTERIA; - CONSTAR INSCRICAO DA MARCA DE APROVACAO DO MODELO PELO INMETRO; - CONSTAR INSCRICAO DE IDENTIFICACAO DO PAIS DE ORIGEM,NO CASO DE BRACADEIRA IMPORTADA. 2-MANGUITO- ADULTO: MANGUITO COM DIMENSOES DE LARGURA POR COMPRIMENTO DE 11,2 X 22,4 (+/-2)cm; _CONFECCIONADO EM MATERIAL INFLAVEL SEM EMENDAS,COM DOIS TUBOS VULCANIZADOS DO MESMO MATERIAL; - LARGURA DE 40% E COMPRIMENTO DE 80% ATE 100% DA CIRCUNFERENCIA DO BRACO PARA O QUAL SE DESTINA. 3-PERA: - DE FORMATO ANATOMICO E FLEXIVEL; - COM VALVULA UNIDIRECIONAL EM UMA EXTREMIDADE; - CONFECCIONADA EM MATERIAL ANTIALERGICO. 4-VALVULA DE INSUFLAMENTO E ALIVIO DE AR: - CONFECCIONADA EM LATAO COM ACABAMENTO CROMADO; - VALVULA UNIDIRECIONAL EM UMA EXTREMIDADE; - COM CONTROLE MANUAL DEVENDO PERMITIR UM AJUSTE DA TAXA DE REDUCAO DE PRESSAO PARA 2 A 3 mmHg/S (0,3 A 0,4 kPa). 5-MANOMETRO: - DIAMETRO DO MOSTRADOR: 48 (+/-2)MM; - PRESSAO MAXIMA: 300 mmHg; - PRESSAO MINIMA: 0 mmHg; - MENOR DIVISAO: 2 mmHg; - FAIXA DE MEDICAO: 0 A 300 (+/-5%)mmHg; - UNIDADE DE MEDIDA DE PRESSAO: MILIMETRO DE MERCURIO (mmHg) E EM KILOPASCAL(kPa); - PRECISAO DE LEITURA: +/-3 mmHg; - VALOR DE UMA DIVISAO DA ESCALA: IGUAL A 2 mmHg; - ESCALA COMECANDO NA MARCA 0 mmHg.	435624

EXIGÊNCIAS:

PARA O(S) ITEM(NS) 001 A 002:

1.3 As licitantes deverão apresentar o certificado de registro do produto no Ministério da Saúde, de acordo com o decreto n: 8.077 de 14 de Agosto de 2013, cuja comprovação ou comprovante de isenção devida ser feita através do site da Anvisa ou publicação no dou (diário oficial da união).

1.4 Para facilitar a análise dos comprovantes de regularidade do registro do produto cotado, junto ao Ministério da Saúde, a licitante deverá indicar em cada registro o respectivo item licitado.

1.5 O HC-UFMG se reserva o direito de comprovar a regularidade do produto junto ao Ministério da Saúde, mediante consulta ao portal da ANVISA.

1.6 Qualificação técnica: A Licitante que apresentar proposta para os materiais que exigem registro do produto ou isenção do registro do produto no Ministério da Saúde deverá possuir autorização de funcionamento da empresa (afe) emitido pelo Ministério da Saúde - Anvisa, de acordo com a lei n: 6.360/1976, com a rdc n.16/2014, rdc n. 222/2006, rdc n. 336/2020 e portaria svcs/ms n.344/1998; e alvará de licença sanitária dos estabelecimentos envolvidos na execução da ata/contrato, emitido pelo órgão competente de saúde dos estados, Distrito Federal ou municípios, de acordo com o regulamentado pelo decreto 8.077/13 de 14 de Agosto de 2013 e com base na competência atribuída a Anvisa, pela lei 9782/99.

1.7 Amostras: As licitantes provisoriamente classificadas em primeiro lugar deverão apresentar amostras dos itens cotados, exceto dos produtos cujas marcas estiverem em uso na instituição nos últimos 3 (três) meses, desde que os mesmos não tenham sofrido alterações eventuais, casos em que, fundamentado ocorrências anteriores de problemas relatados no uso desses produtos, o hc/ufmg poderá solicitar a entrega de amostras nas condições abaixo, a fim de verificar a qualidade dos produtos cotados.

1.8 As amostras deverão ser apresentadas em número mínimo de 05 (cinco) unidades para materiais descartáveis e 01 (uma) unidade para demais materiais, 02 (dois) rls, 01 (um) pacote, 01 (um) gl, 01 (um) kit, 01 (um) fr, 01 (uma) cx de cada, de acordo com a embalagem do item.

1.9 Os materiais deverão ser entregues com prazo de validade igual ou superior a 01 (um) ano.

PARA O ITEM 001:

1.10 Deverá ser compatível com monitores drager, modelo infinity delta xl, número de serie: 6009077572, patrimônio: 637066;

1.11 Deverá ser original ou semelhante ao cabo multimed plus drager, referência ms20093;

1.12 O produto somente será aceito após a comprovação da compatibilidade com o monitor utilizado.

PARA O ITEM 002:

CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DO PRODUTO:

1.13 As exigências constantes do edital obrigatoriamente deverão ter suas descrições correspondentes destacadas na documentação técnica apresentada pelo licitante (manuais e/ou catálogos técnicos originais ou cópias coloridas);

1.14 O produto deve atender no mínimo as seguintes exigências: - Anvisa: resoluções rdc n0. 59/00; rdc n0. 56/01; rdc n0. 185/01. - Inmetro: portaria n0. 153/ 2005

1.15 Inscrições obrigatórias no mostrador do manometro do produto: - Marca ou nome do fabricante/importador; - Número de serie; - Unidades de pressão utilizadas; - Marca e número do modelo aprovado pelo Inmetro;

1.16 As marcas de verificação inicial e selagem devem ser apostas no corpo do produto pelo órgão metrológico responsável e mantidas em perfeitas condições;

1.17 No manual do produto deverá constar o número e a data da portaria de aprovação do produto pelo Inmetro.

1.18 O número de registro do produto na Anvisa deverá ser apostado em seu corpo.

1.19 Deverá ser apresentado o certificado de registro definitivo do produto no Ministério da Saúde junto a Anvisa - Ou o comprovante de sua isenção.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO PRODUTO:

1.20 O produto será aceito em definitivo após inspeção e testes de suas condições de operação e funcionamento, para posterior liberação de definitiva da ordem de pagamento;

1.21 O licitante deverá fornecer, juntamente com o produto, o manual de operação, escrito de forma clara e em língua portuguesa, contendo, no mínimo, as seguintes informações: - nome; - marca e endereço do fabricante; - método correto para utilização e leitura do produto; - especificações técnicas, incluindo o dimensionamento da braçadeira; - periodicidade da verificação; - instruções para limpeza e manuseio do produto; - informações das principais consequências do mau uso; - número e data da portaria de aprovação do produto no inmetro; - nome e o país do fabricante para produto importado.

1.22 O licitante deverá fornecer certificado de garantia devidamente preenchido e assinado após a aceitação definitiva do produto;

EXIGÊNCIAS DURANTE A VIGÊNCIA DA GARANTIA:

1.23 O licitante deverá garantir o produto e todos os seus componentes, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir da data de sua aceitação definitiva;

1.24 Durante a garantia o licitante deverá providenciar a assistência técnica junto ao fabricante ou seu representante legal;

1.25 Durante a garantia, havendo necessidade, o licitante deverá providenciar e cobrir custos com a movimentação, fretes, seguros, impostos e taxas, embalagens, devendo providenciar as notas fiscais de remessa durante os transportes de remoção e retorno do produto e/ou seus componentes.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Os itens foram fracassados no PE 51/22 conforme processo 23537.005015/2022-25.

2.2 O cabo tronco, em termos de telecomunicações, é um cabo que interliga equipamentos de telecomunicações, como centrais telefônicas (PABX), sistemas de comunicação de dados ou redes. Eles são usados para transmitir uma grande quantidade de informações ou sinais entre diferentes dispositivos ou pontos em um sistema.

2.3 A função principal de um cabo tronco é fornecer uma conexão confiável e eficiente entre os diferentes componentes de um sistema de comunicação. Eles são usados para transportar dados, voz, vídeo ou qualquer outro tipo de sinal, dependendo do contexto e dos dispositivos envolvidos.

2.4 O aparelho de pressão arterial, também conhecido como esfigmomanômetro, é um instrumento médico usado para medir a pressão arterial de uma pessoa. A pressão arterial é a força exercida pelo sangue nas paredes das artérias quando o coração bombeia o sangue para o corpo.

2.5 O esfigmomanômetro é composto por um manguito inflável, um medidor de pressão (manômetro) e uma válvula de liberação de ar. O manguito é colocado ao redor do braço da pessoa e é inflado para interromper temporariamente o fluxo sanguíneo. Em seguida, o ar é liberado gradualmente enquanto a pessoa verifica o medidor de pressão para registrar os valores.

2.6 O aparelho de pressão é usado principalmente para monitorar a pressão arterial das pessoas, ajudando a identificar condições médicas como hipertensão (pressão arterial alta) ou hipotensão (pressão arterial baixa). Essas medidas são importantes para avaliar a saúde cardiovascular, pois pressão arterial anormal pode ser um indicativo de problemas de saúde subjacentes, como doenças cardíacas, diabetes, disfunção renal e outras condições.

2.7 Diante do exposto, a Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques e a Unidade de Almoxarifado e Controle de Estoques solicitam que seja feita a aquisição por meio de Dispensa Fracassada, conforme previsto no Art. 29, inciso IV, da Lei 13.303/16, considerando as diretrizes do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - RLCE, no Art. 79, inciso IV, sendo esta uma alternativa legal para aquisição de um item extremamente necessário no atendimento assistencial do HC-UFMG/Ebserh.

```
10/07/2023 HOSPITAL DAS CLINICAS - NUCLEO DE COMPUTACAO EM SAUDE 10.36.133.176
09:09 PEDIDO DE MATERIAL CP537
```

CONSULTA DE SITUACAO DE PRODUTOS EM PROCESSOS DE COMPRA

PERIODO: 01/01/2015 ATE: 10/07/2023

Origem: 1 (1-Almox 2-Farmacia 3-Laborat 4-Manutencao 5-SND 6-DEMAI)

Codigo: 695820 CABO TRONCO MULTIMED PLUS PARA MONITOR DRAGER

MODALIDADE	ITEM	SITUACAO	FORNECEDOR
PREGAO ELETRON.	51/22	130	
PREGAO ELETRON.	20/21	130 CANCEL.	
PREGAO ELETRON.	68/19	130 COTADO	4791 Mhedica Service Comercio e Man

```
10/07/2023 HOSPITAL DAS CLINICAS - NUCLEO DE COMPUTACAO EM SAUDE 10.36.133.176
09:09 PEDIDO DE MATERIAL CP537
```

CONSULTA DE SITUACAO DE PRODUTOS EM PROCESSOS DE COMPRA

PERIODO: 01/01/2015 ATE: 10/07/2023

Origem: 1 (1-Almox 2-Farmacia 3-Laborat 4-Manutencao 5-SND 6-DEMAI)

Codigo: 032674 APARELHO PARA MEDIR PRESSAO ARTERIAL EM ADULTOS, (COMPLETO).

MODALIDADE	ITEM	SITUACAO	FORNECEDOR
PREGAO ELETRON.	55/15	3 COTADO	10237 EFETIVE PRODS MEDICO HOSPS LT
PREGAO ELETRON.	59/15	53 COTADO	11294 Cirurgica Sao Felipe Prod p S
DISPENSA DE LICITACA	225/16	1 COTADO	15018 GOLD CARE ASSIST. TEC. ESPECI
DISPENSA DE LICITACA	377/15	1 COTADO	4590 MIANS DCCTOS EQUIP HOSPITALARE
PREGAO ELETRON.	94/16	1 CANCEL.	
PREGAO ELETRON.	96/16	25 P.CANC.	
PREGAO ELETRON.	15/17	25 COTADO	4082 INTENSIVEMED IMPORT E COM LTDA
PREGAO ELETRON.	74/18	1 COTADO	13122 CRUZEL COM.DISTR.DE PROD HOSP
PREGAO ELETRON.	77/18	21 COTADO	8527 ACCUMED PRODUTOS MEDICO HOSPIT
PREGAO ELETRON.	51/22	92	
PREGAO ELETRON.	20/21	92 COTADO	23606 F V P COELHO

```
10/07/2023 HOSPITAL DAS CLINICAS - NUCLEO DE COMPUTACAO EM SAUDE 10.36.133.176
09:09 PEDIDO DE MATERIAL CP537
```

CONSULTA DE SITUACAO DE PRODUTOS EM PROCESSOS DE COMPRA

PERIODO: 01/01/2015 ATE: 10/07/2023

Origem: 1 (1-Almox 2-Farmacia 3-Laborat 4-Manutencao 5-SND 6-DEMAI)

Codigo: 032674 APARELHO PARA MEDIR PRESSAO ARTERIAL EM ADULTOS, (COMPLETO).

MODALIDADE	ITEM	SITUACAO	FORNECEDOR
PREGAO ELETRON.	68/19	92 COTADO	19826 MEDEFE PROD MEDICO-HOSPITALAR

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Os bens são classificados como comuns de acordo com a lei 10.024/19, artigo 3º inciso II.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1 O prazo de validade dos bens é de **03 (três) dias úteis**, contados da solicitação de encaminhada pela secretaria da Unidade de Almoxarifado por meio eletrônico, no seguinte endereço: Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110, Bairro Santa Efigênia BH/MG, em dias úteis, de segunda a sexta-feira no horário de 08h às 16h.

4.2 O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, exceto aqueles cuja validade normal seja comprovadamente inferior a este prazo, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta.

4.2.1 Em situações excepcionais, o HC-UFGM/Ebserh poderá receber os materiais com validade inferior a 12 (doze) meses, desde que acate as justificativas formais apresentadas previamente pelas empresas vencedoras.

4.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) a 04 (quatro) dias úteis, conforme previsto na notificação encaminhada à contratada, e com base na necessidade do HC-UFGM/Ebserh, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades previstas neste instrumento e na legislação pertinentes.

4.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7 Este processo está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) conforme ANEXO (31190010) deste documento e no planejamento desta contratação foram observados os termos da Portaria SAS/MS n.º 1.302/2017.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao HC-UFGM/Ebserh em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do empenho.

6. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

6.1 Para todos os itens: Para que o HC-UFGM/EBSERH possa certificar a conformidade com o Termo de Referência e avaliar a qualidade dos produtos, as licitantes provisoriamente classificadas em primeiro lugar deverão apresentar, em até 03 (três) dias úteis contados a partir da data de solicitação, amostra(s) dos itens cotados, exceto dos produtos cujas marcas estejam em uso na instituição nos últimos 3 (três) meses, desde que não tenham sofrido alterações. Caso tenham sido identificados problemas anteriores no uso dos produtos, o HC-UFGM/EBSERH poderá solicitar a entrega de amostras nas condições abaixo, a fim de reavaliar a qualidade.

6.2 As amostras solicitadas pelo agente de licitações deverão ser entregues na Unidade de Licitações do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - filial EBSEH, localizada na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, 1º andar ala leste, Santa Efigênia, Belo Horizonte-MG, CEP: 30130-100, em dias úteis, de segunda a sexta-feira no horário de 8h às 16h.

6.3 Caso a amostra não seja enviada ou ocorra atraso na entrega sem justificativa aceita pelo Agente de Licitação, a proposta do licitante será recusada. Também poderão ser desclassificadas as licitantes que entregarem amostras fora das especificações previstas no Termo de Referência.

6.4 As amostras deverão ser apresentadas em número mínimo de 05 (cinco) unidades para materiais descartáveis e 01 (uma) unidade para demais materiais, 02 (dois) rolos, 01 (um) pacote, 01 (um) galão, 01 (um) kit, 01 (um) frasco, 01 (uma) caixa de cada, de acordo com a embalagem do item.

6.5 As licitantes deverão fornecer amostras além dos quantitativos estabelecidos no subitem 6.3, caso sejam necessárias para melhor avaliação do material proposto, no prazo de **até 03 (três) dias** úteis a partir da solicitação do HC-UFGM/Ebserh.

6.6 As amostras dos produtos deverão ser entregues devidamente identificadas quanto ao nome do licitante, número da licitação e do item, embalagem original, com rótulo contendo: marca, fabricante, lote, data de fabricação, registro ou notificação ou ser declarado dispensado de registro no Ministério da Saúde/Anvisa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

6.7 As licitações deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecimento de manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.8 Para todos os itens serão observados os seguintes padrões mínimos de aceitabilidade: as marcas das amostras devem ser iguais às marcas ofertadas pelos licitantes na proposta; as especificações técnicas das amostras deverão estar de acordo com o descritivo e exigências descritas no Termo de Referência.

6.9 As amostras deverão ser entregues com prazo de validade igual ou superior a 90 (noventa) dias.

6.10 As amostras devem, obrigatoriamente, ser acompanhadas de Nota Fiscal de Simples Remessa ou de Demonstração.

6.11 Os custos de embalagem, frete, seguro, taxas e impostos relativos ao envio e devolução de amostras correrão por conta do fornecedor.

6.12 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no Portal de Compras do Governo Federal.

6.13 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Licitação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação até que haja amostra que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.14 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.15 Após a divulgação do resultado final da licitação as amostras passíveis de devolução deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas ou aproveitadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.16 Para as empresas vencedoras/contratadas, os materiais deverão ser entregues no prazo de 10 (dez) dias, a contar do envio da Nota de Compra/Número de Empenho pelo HC-UFGM/EBSERH;

6.17 Local de entrega: Almoxarifado A do HC-UFGM/Ebserh, situado na Avenida Professor Alfredo Balena, 110, 11º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte- MG, CEP 30130-100, de 08h (oito horas) as 16h (dezesseis horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados. Em casos excepcionais o HC-UFGM/Ebserh se reserva o direito de pactuar diretamente com a Contratada horários diferenciados para o fornecimento dos materiais.

6.18 Os materiais deverão ser entregues com prazo de validade mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento provisório, exceto para aqueles materiais cuja validade normal seja comprovadamente inferior a este prazo, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta.

6.19 Os materiais deverão ser entregues em embalagem original, com rótulo contendo: marca, fabricante, lote, data de fabricação, registro ou notificação ou ser declarado dispensado de registro no Ministério da Saúde/Anvisa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

6.20 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.21 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.22 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.23 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.24 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em até 05 (cinco) dias úteis, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação pertinente, se a Administração julgar pertinente.

6.25 Se a empresa vencedora do certame entregar nota fiscal com inconformidade, terá o prazo de 10 (dez) dias para regularização, sob pena de possível aplicação de sanção administrativa.

6.26 Dados para faturamento: Razão social: Hospital das Clínicas da UFGM - Ebserh / CNPJ: 15.126.437/0015-49 / UASG: 155021.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no certame original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8.2 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.2.1 Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.2 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.2.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.2.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.2.5 O reajuste será realizado por apostilamento.

8.3 Em caso de entrega parcelada, o contrato terá vigência de 6 meses, a contar da assinatura do contrato.

8.4 Os contratos originados deste processo não serão prorrogáveis.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. **101 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebsersh**, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. A fiscalização, o controle da execução e das obrigações decorrentes deste processo administrativo serão de responsabilidade da Unidade de Almoxarifados, por intermédio do servidores e/ou empregados públicos indicados na cláusula 15 do presente Termo de Referência.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. **97 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebsersh**.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. GARANTIA CONTRATUAL

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para essa contratação.

11 DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

11.5.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

11.5.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

11.5.1.2. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;

11.5.1.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.5.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

11.5.1.5. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

11.5.1.6. Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

11.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.12. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

12 REVISÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. A revisão e o cancelamento dos preços registrados seguirão a disciplina dos artigos 17 a 21 do Decreto nº 7.892, de 23/01/2013.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A sanção de suspensão temporária de participação em processos licitatórios e impedimento de contratar com o HC-UFMG/EBSERH poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

13.1.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.1.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da Dispensa licitação;

13.1.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o HC-UFMG/Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

13.1.4 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

13.1.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.6 Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

13.1.7 Ensejar o retardamento da execução do objeto da Dispensa de licitação;

13.1.8 Não manter a proposta;

13.1.9 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.10 Comporta-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

13.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os concorrentes, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.3 A empresa que obtiver objetos adjudicados, nos casos de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste instrumento convocatório, erros ou atrasos injustificados na entrega dos materiais, e ainda, quaisquer outras irregularidades, ficará sujeita, garantida prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.3.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.3.2 multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

13.3.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.5 suspensão temporária de participação em processos licitatórios e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.3.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh/HC-UFGM, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

13.3.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de (30) trinta dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.3.6.2 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do fornecedor, a Ebserh/HC-UFGM poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.4 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/16, no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

13.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.7 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

13.8 Aos fornecedores, será aplicada quando necessário, a Norma Operacional EBSEH nº 03, de 03 de junho de 2016, disponível no sítio http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional+03_boletim_servico_169_06_06_16.pdf/a1f7b9b9-4b7c-425a-805a-3811899908d5. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, voltado à aplicação de sanções administrativas aos concorrentes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

13.9 As contratadas estarão sujeitas, ainda, às sanções previstas no artigo 111 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, conforme se segue:

13.9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.9.2 - Advertência;

13.9.3 - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

13.9.4 - Suspensão temporária de participação em processos licitatórios e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.10 As sanções previstas nos itens 13.9.2 e 13.9.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 13.9.3, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

13.11 Poderá ser emitida Guia de Recolhimento da União (GRU) para pagamento da multa devida pela contratada.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Carvalho Silva, Chefe de Unidade**, em 25/07/2023, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Salomao da Fonseca, Assistente Administrativo**, em 25/07/2023, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria da Silva Neme, Gerente**, em 26/07/2023, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31587545** e o código CRC **C477CC72**.